

A CIDADE COMO ESPAÇO PERMANENTE DE DISPUTA

THE CITY AS A PERMANENT SPACE OF CONTESTATION

LA CIUDAD COMO ESPACIO PERMANENTE DE DISPUTA

RESUMO

O texto parte do pressuposto que os centros tradicionais das cidades brasileiras foram espaços estratégicos de reprodução do capitalismo financeiro. O processo de urbanização acelerado por que passou o país, além de promover a transferência populacional da área rural para a urbana, concentrou boa parte destes fluxos migratórios em poucos territórios. Nas cidades e principalmente, nas regiões metropolitanas, desencadeou-se um padrão de urbanização calcado na reprodução permanente de eixos de expansão horizontal. Essa expansão toma corpo a partir dos anos cinquenta e se acentua até os anos oitenta do século XX. Este modelo de desenvolvimento urbano ficou marcado pela expansão da fronteira urbana, impulsionado pelo planejamento econômico e territorial e, particularmente pelas políticas de financiamento e produção habitacional e de infraestruturas, principalmente sistemas de circulação e de saneamento. Do ponto de vista da produção habitacional, a disponibilidade de crédito a juros subsidiados voltado sempre para a produção de imóveis novos, permitiu à classe média das grandes cidades constituir novos bairros e novas centralidades na cidade gerando, além da expansão horizontal, o paulatino esvaziamento dos centros tradicionais.

Palavras-chave: centros tradicionais; novas centralidades; fronteira urbana.

ABSTRACT

The text assumes that the traditional centers of Brazilian cities were strategic spaces for the reproduction of financial capitalism. The accelerated urbanization process that the country has undergone, in addition to promoting population transfer from rural to urban areas, concentrated a large part of these migratory flows in a few territories. In cities and mainly in metropolitan regions, a pattern of urbanization was triggered based on the permanent reproduction of axes of horizontal expansion. This expansion took shape from the 1950s onwards and was accentuated until the 1980s. This model of urban development was marked by the expansion of the urban frontier, driven by economic and territorial planning and, particularly by housing and infrastructure financing and production policies, mainly circulation and sanitation systems. From the point of view of housing production, the availability of credit at subsidized interest, always aimed at the production of new properties, allowed the middle class in large cities to establish new neighborhoods and new centralities in the city, generating, in addition to horizontal expansion, the gradual emptying of traditional centers.

Keywords: traditional centers; new centralities; urban border.

 José Borzacchiello da Silva^a

^a Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Brasil.

DOI: 10.12957/geouerj.2024.87629

Correspondência:
borzajose@gmail.com

Recebido em: 27 mar. 2024

Revisado em: 15 set. 2024

Aceito em: 11 out. 2024



RESUMEN

El texto parte del supuesto de que los centros tradicionales de las ciudades brasileñas fueron espacios estratégicos para la reproducción del capitalismo financiero. El proceso de urbanización acelerado por el cual pasó el país, además de promover la transferencia de población del área rural a la urbana, concentró gran parte de estos flujos migratorios en pocos territorios. En las ciudades y, principalmente, en las regiones metropolitanas, se desencadenó un patrón de urbanización basado en la reproducción permanente de ejes de expansión horizontal. Esta expansión cobra forma a partir de los años cincuenta y se acentúa hasta los años ochenta del siglo XX. Este modelo de desarrollo urbano quedó marcado por la expansión de la frontera urbana, impulsada por la planificación económica y territorial y, en particular, por las políticas de financiación y producción de viviendas e infraestructuras, principalmente sistemas de circulación y saneamiento. Desde el punto de vista de la producción de viviendas, la disponibilidad de crédito a tasas de interés subsidiadas, siempre orientado a la producción de nuevos inmuebles, permitió a la clase media de las grandes ciudades constituir nuevos barrios y nuevas centralidades en la ciudad, generando, además de la expansión horizontal, el paulatino vaciamiento de los centros tradicionales.

Palabras-clave: centros tradicionales; nuevas centralidades; frontera urbana.



APRESENTANDO O TEMA

O Brasil conheceu e implementou diferentes propostas de intervenções urbanas, a maioria atingindo fortemente o cotidiano dos moradores e trabalhadores. Os centros das cidades e o sistema viário concentraram a maioria das intervenções. Os centros são, na maioria das vezes, os bairros mais equipados das cidades, apresentando infraestrutura e equipamentos de qualidade, além de serem excepcionais polos de serviços públicos e privados. Os centros também se inscrevem na perspectiva da memória coletiva de seus habitantes pela presença de bens patrimoniais que lhes garantem prestígio e reconhecimento. Essas qualidades, entretanto, não foram suficientes para impedir parte de seu abandono quando outros bairros ganhavam expressão e alojavam equipamentos novos e modernos, construídos em escalas não compatíveis com a capacidade dos centros tradicionais, em acolhê-los, bem como as intervenções no sistema viário, posto que os centros tradicionais não comportavam a presença, cada vez maior de automóveis em suas ruas estreitas e pouco espaço voltado ao estacionamento de veículos. Cabe lembrar também que o Brasil passou por um acelerado processo de urbanização, principalmente, no período de 1950 a 1980, quando as cidades, especialmente as capitais de estados, tiveram um considerável incremento demográfico com transferência maciça de população da área rural para a urbana. O país concentrou boa parte destes fluxos migratórios em poucos territórios, em especial em Brasília, a capital federal inaugurada em 1960 e nas Regiões Metropolitanas criadas em 1973 e 1974¹. Esses fluxos desencadearam um padrão de urbanização calcado na reprodução de eixos de expansão ao longo das novas rodovias que partiam das maiores metrópoles e capitais de estado em direção à Brasília. Simultaneamente, dava-se a expansão permanente da fronteira urbana. O governo militar² instaurado em 1964 é responsável por um modelo de planejamento econômico e espacial voltado para a instalação de obras de grande vulto como hidrelétricas e rodovias que empregavam muitos trabalhadores e formavam intensos fluxos demográficos para o interior do país, além de facilitar a expansão do agronegócio pelo Centro-Oeste e pela Amazônia. O êxodo migratório para as cidades provocou forte impacto na política de produção de habitação no país e com o aumento acentuado da população, as cidades foram impactadas pelas políticas de urbanização, financiamento e produção habitacional e de infraestruturas, principalmente sistemas de circulação e de saneamento. O déficit de moradia denunciava a incapacidade do Estado em atender as demandas sociais. Sem assistência e sem emprego formal, a favela surgiu como solução para esse enorme contingente que chegava às cidades. Foram criadas políticas de financiamento da habitação com disponibilidade de crédito e juros subsidiados que privilegiavam a construção de enormes conjuntos habitacionais e, ao mesmo tempo, permitia a transferência de segmentos da classe média para novos bairros, dando origem às novas centralidades na cidade gerando o paulatino esvaziamento dos centros tradicionais.

¹ Criadas a partir da Lei Complementar n° 14 /1973 que institucionalizou inicialmente, nove regiões metropolitanas: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Rio de Janeiro, sendo a última, criada em 1974.

² O governo militar no Brasil ocorreu entre 1964 e 1985, período conhecido como Ditadura Civil-Militar.



Do ponto de vista da estratégia de produção e financiamento das infraestruturas os centros tradicionais foram abordados e tratados como centros econômicos saturados, devendo ser objeto de descentralização das atividades. Data desse período a transferência de órgãos responsáveis pela gestão do estado com a construção de centros administrativos que pelo porte necessitavam de enormes áreas para serem instalados. O país vivia a era do automóvel e do rodoviarismo. O discurso oficial afirmava que os centros tradicionais já não comportavam com eficiência a prestação dos serviços. Esse discurso justificava a transferência das sedes dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Além de se distanciarem do centro, levavam com eles o dinamismo que essas atividades essenciais sustentadas pela presença de funcionários de vários escalões, além do público que ocorria aos órgãos da gestão pública. A reação se dava em cadeia com a transferência de cartórios, fechamento de cafés, bares, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais que tinham o seu movimento atrelado à presença dos serviços de gestão do estado. Também data desse período a construção dos primeiros shopping centers e dos condomínios fechados. O cerco foi geral e, face a esse contexto, os centros tradicionais se reinventaram, quando possível, ajustando-se a novos usuários, a maioria com poder de consumo mais reduzido, Para HIERNAUX, 2014,³ “O abandono consciente das áreas centrais às classes populares foi acompanhado, num primeiro momento, pela persistência do acesso dos grupos abastados aos centros para questões ligadas ao comércio, procedimentos burocráticos ou atividades diversas ligadas ao lazer. Mas é claro que, desde a década de 1950, a desconcentração urbana das atividades administrativas, comerciais e de serviços, bem como das atividades de lazer, levou a um maior isolamento entre os grupos sociais e a um desinteresse dos grupos ricos nas áreas centrais.”

Pensar a cidade a partir destas áreas centrais tradicionais, ajuda a entender e viabilizar esta ideia de o ser o espaço um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações de que fala Milton Santos,⁴ pois permite refletir sobre a descentralização demográfica, a dispersão física de vários equipamentos, principalmente os órgãos de gestão, abandono de espaços públicos, a especialização de usos, o incremento especulativo do solo, o esvaziamento de atividades de prestígio, a espetacularização cênica de alguns edifícios, a falta de regularização fundiária capaz de atrair novos moradores. O questionamento feito por HARVEY, 2017,⁵ é revelador quando afirma que a realidade material deste capitalismo internacional brutalmente neoliberalizador está e manifesta-se numa crise agônica da vida na cidade. Desse modo, a necessidade de

³HIERNAUX, Daniel y González, Carmen Imelda (2014) Turismo y gentrificación: pistas teóricas sobre una articulación , Rev. geogr. Norte Gd. no.58 Santiago set. 2014, “El abandono consciente de las áreas centrales a las clases populares fue acompañado, en un primer tiempo, por la persistencia de un acceso de los grupos pudientes a los centros por cuestiones ligadas al comercio, los trámites burocráticos o diversas actividades ligadas al ocio. Pero claramente, desde los años cincuenta, la desconcentración urbana de las actividades administrativas, comerciales y de servicios, así como las de ocio propiciaron un mayor aislamiento entre los grupos sociales y un desinterés de los grupos pudientes hacia las áreas centrales.” Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=s0718-34022014000200004&script=sci_arttext, acesso em 02.07.2024.

⁴ SANTOS, Milton (1997) A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção, São Paulo, Editora HUCITEC, 2ª. Edição, p. 51.

⁵HARVEY, David, [A cidade e o urbano, por David Harvey](#). Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/a-cidade-e-o-urbano-por-david-harvey>, Visita 13.11.2017.



interpretar o capital a partir do seu aspecto mais material e cotidiano torna-se evidente, e assim, a reflexão tem que abandonar o seu terreno puramente teórico para possibilitar um regresso ao comum. Ou seja, deve olhar-se à volta, para o crescimento explosivo dos edifícios, para o terramoto macroeconómico de uma utilização cada vez mais rentável do solo de uma cidade cada vez mais díspar. Em seguida Harvey pergunta: “Como resistir a este processo em marcha e como pensar a cidade a partir de um lugar alternativo ao dos interesses do capital?” Em relação à pergunta, percebe-se que de um modo geral as estruturas urbanas e arquitetônicas recuperadas ou restauradas tem funções de pouco impacto social, constituem verdadeiramente, em simulacros com transformação do tempo historicamente acumulado, em mercadoria. Por contraste, cabe observar o persistente vigor de estruturas urbanas e arquitetônicas precárias, porém vivas, as ocupações informais, os conceitos de valor histórico e cultural, a riqueza dos conflitos, a materialidade e ações que não podem estar dissociadas. O certo é que os centros tradicionais das cidades e suas imediações passam por reconfiguração de sua paisagem urbana a partir do processo de gentrificação e seus impactos. Num primeiro momento, ao contrário das perspectivas de classe e mobilizações sociais que lutam pela permanência dos residentes, esse processo de revitalização, requalificação e reabilitação, interessa a grupos de intelectuais e atores sociais com poder ligados à tomada de decisões políticas na cidade. Esse processo se inicia quando esses centros urbanos apresentam estado de abandono com fragmentação de sua tessitura e descontinuidade entre as intervenções e exploração especulativa.

A degradação de bairros das elites torna possível aos pobres da cidade ocupar áreas antes reservadas a aqueles segmentos de classe com o surgimento de cortiços, novas favelas ou aumento das existentes e ocupação de edifícios abandonados. O aviltamento dos preços permite que amplos setores urbanizados se submetam a novos tipos de uso. A cidade vai, mesmo que às avessas, cumprindo sua função social. Isso, entretanto, dura pouco. As vantagens locais contidas nesses bairros que abrigam indivíduos de classes sociais distintas ficam sujeitas às transformações urbanas contemporâneas nas espacialidades centrais das cidades, atingindo fortemente o cotidiano dos moradores e trabalhadores, muitas vezes inviabilizando a sua permanência e imprimindo processos de gentrificação. Esse processo é entendido e aceito pelas agências de planejamento urbano e, especialmente, pelos proprietários que vislumbram a possibilidade de requalificar os seus imóveis. Na cidade os rentistas criam e recriam territórios na perspectiva de aferir preço e valor. Com a transferência de seus moradores endinheirados, vários imóveis de setores da área central e suas adjacências perderam muito de seu prestígio e, em pouco tempo pareciam abandonados. Quase de imediato foram ocupados por trabalhadores preocupados em reduzir os custos da locação e dos transportes. Nas últimas décadas o esgarçamento demasiado da malha urbana e as dificuldades de fricção entre os diferentes setores da cidade além da constatação da qualidade da infraestrutura e de serviços instalados nas áreas centrais motivaram os gestores públicos a propor políticas de aumento do adensamento da área central com



segmentos sociais de maior poder aquisitivo. Esse retorno recebeu o nome de gentrificação e é caracterizado pelo embate e impactos sofridos num primeiro momento a partir de perspectivas de classe e mobilizações sociais que lutam pela permanência dos residentes mais pobres. Visto de modo positivo por estudiosos e gestores. Decorrente dessa fuga acontece a fragmentação, a descontinuidade e logo aparece a exploração especulativa, em busca da construção de novas imagens para essas áreas, antes degradadas. PEREIRA, 2023⁶, por sua vez, afirma que “é importante que o debate se afaste do campo cego criado pelas interpretações baseadas no abuso das palavras especulação e gentrificação. Esses conceitos estão sendo banalizados, reduzidos e tendem a manter obscuro o caminho a ser seguido para ampliar a compreensão da produção do espaço e do valor.”

Os centros das cidades tornam-se espaços estratégicos de reprodução do capitalismo financeiro quando atrai empreendimentos imobiliários e investimentos em equipamentos culturais e eventos esportivos. Para MESENTIER, 2006⁷ “as áreas urbanas de valor patrimonial quando localizadas nos bairros centrais das cidades, estão no foco das políticas públicas de reestruturação da metrópole, porque podem tornar-se um fator de atração para os centros urbanos de atividades produtivas e, por consequência, as intervenções urbanas em áreas de valor patrimonial podem ser um fator de dinamização do mercado imobiliário metropolitano.”

É considerável o impacto dessas intervenções urbanas no processo de reconfiguração dessas áreas, especialmente sobre os seus antigos moradores, os responsáveis pelos enfrentamentos políticos, os que lutam contra a ação avassaladora do mercado.

No plano do cultural, a cidade pulsa, mesmo sofrendo com as perdas irreparáveis de seu patrimônio construído. A compreensão inadequada de seu papel socioterritorial resultou num quadro acelerado de descaracterização da natureza, de seus bens materiais e imateriais e da própria cidade. No bojo da modernidade destruidora, casarões e conjuntos inteiros que revelavam a forma de morar e viver a cidade, foram destruídos. Conforme SILVA, 1994, fachadas foram demolidas e descaracterizadas e a cidade moderna cria e recria espaços ajustando-se às mais variadas aspirações. Elimina e impõe necessidades, engole territórios, induz o novo e o velho, elege novos locais da expansão e despreza outros.⁸

⁶ PEREIRA, Paulo Cesar Xavier, O ABUSO DA NOÇÃO DE GENTRIFICAÇÃO E A BANAL DEFESA DO DIREITO À CIDADE, GeoUERJ, Rio de Janeiro, n.43, 2023, p. 17, Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/80579>, Acesso em 03/09/2024.

⁷ MESENTIER, L.M de, (2006) Metrópole: patrimônio e ‘revitalização urbana’, IN: Metrópole: governo, sociedade e território SILVA, C.A., FREIRE, D.G., OLIVEIRA, J.F.G.de, (org.) Rio de Janeiro: DP&A :Faperj, pgs.458/459.

⁸ SILVA, José Borzacchiello, Metrópole, Mutações e Persistências, Anais do 5o. Congresso Brasileiro de Geógrafos, Curitiba, AGB, 1994, vol. 1, p.442.



E O CENTRO ERA A CIDADE

Quando a cidade ultrapassa o centro, surgem logo as novas centralidades. Em decorrência desse movimento, o centro perde prestígio e, na busca da sobrevivência, sujeita-se a adaptações e ajustes que explicam suas mutações e resistências. MARICATO, 2001⁹ é enfática em relação aos centros quando diz que “dotados de uma infraestrutura excepcional em relação às demais regiões da cidade, os centros metropolitanos vêm sofrendo um significativo esvaziamento ao mesmo tempo em que as periferias crescem extensivamente.”

A emergência de novas centralidades decorre dos processos de reconfiguração urbana e da dinâmica da metrópole. A partir da análise do centro tradicional compreende-se a configuração metropolitana e as transformações socioespaciais das áreas centrais.

Fragmentação e a segregação urbana são produzidas no território a partir das mudanças no modelo de produção que reforçam a reconfiguração do centro tradicional. As novas centralidades por sua vez, apontam o esgotamento da capacidade analítica da relação centro-periferia para explicar os fatores locais contemporâneos estruturadores da metrópole. Esse movimento permite a elaboração de novas interpretações dos estudos da morfologia urbana para explicar a dinâmica da poli nucleação, ou seja, como afirma LEFEBVRE, 1991¹⁰ “as centralidades antigas, a decomposição dos centros é por ela substituídas pelo centro de decisão.” Discutir as transformações e permanências em espacialidades centrais das cidades considerando os processos de gentrificação e as lutas permanentes dos movimentos sociais remete novamente a HIERNAUX – 2006¹¹ quando diz que o homem moderno, o homo urbanus, o que vive na cidade, é quem, percebendo a complexidade do mundo atual, não trata de solucionar sua vida cotidiana a partir de traçados retos e decisões irrevogáveis, mas sim que assume um percurso labiríntico através do mundo da cidade. Este andar não determinado, não reflete uma incapacidade para encontrar o caminho reto, mas sim uma capacidade adaptativa quase genética, que faz que o homem moderno seja justamente um homem sábio.

CONTEXTO DE CRISE

No Brasil nos anos setenta do século XX aparecem as primeiras abordagens da geografia na perspectiva de apreender a dinâmica social do país naqueles anos conturbados sob domínio da ditadura militar. Nos anos oitenta o tema recebe reforço com os trabalhos com fundamentação teórica e metodologias adequadas que

⁹ MARICATO, Ermínia (2001) Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana, Petrópolis, Editora Vozes, p. 137.

¹⁰ LEFEBVRE, H. (1991) O Direito à Cidade. São Paulo: Moraes, p. 21.

¹¹ HIERNAUX, Daniel, REPENSAR A CIDADE: A DIMENSÃO ONTOLÓGICA DO URBANO, GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 20, pp. 197 - 205, 2006, p. 200



garantiam um corpo à abordagem geográfica dos movimentos sociais. Para SOJA,1993,¹² “A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural. Estendendo a terminologia de Giddens, pode-se descrever essa freada-e-mudança como uma reestruturação temporal-espacial das práticas sociais, do mundano para o *mondiale*.

Esse processo ocorre no Brasil país que apesar da expressão de sua economia enfrenta sérios problemas em vários setores, especialmente nas cidades. Na condição de país com alto nível de urbanização, cerca de 80%, segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE, de 2022, depreende-se que os sérios problemas sociais ficam mais evidenciados nas cidades, sendo as maiores demandas voltadas aos temas da Reforma Urbana, do planejamento participativo e da aplicação dos preceitos do Estatuto da Cidade. Remetem às lutas contidas na pauta política dos movimentos sociais que se organizam e se mobilizam em prol da gestão democrática da cidade e pela eliminação ou redução das relações antagônicas e contraditórias das classes sociais.

A intensificação da luta por direitos, dá-se, exatamente em direção contrária ao contexto econômico ditado pela égide do neoliberalismo que tem entre as suas concepções a necessidade de redução do tamanho do Estado, pautado no pressuposto da privatização de vários setores de infraestrutura, equipamentos e serviços, com prevalência da financeirização da economia. Essas concepções acentuaram o colapso de algumas das principais funções urbanas, presentes em diversas escalas no contexto das cidades brasileiras. HASTAOGLOU,1991¹³ afirma: “Data do início dos anos 70, a emergência de propostas teóricas, de projetos e realizações visando restaurar as ‘qualidades perdidas’ do espaço urbano para recuperar o que se chama de cultura urbana. Inicialmente difusas e opostas, unidas por vez devido à reação comum face aos estragos causados pela prática do urbanismo modernista, elas atingem pouco a pouco o estatuto semi oficial e ganham coesão referindo-se a dois aspectos principais da questão: reformar o espaço físico da cidade, melhoria da qualidade de vida e organizar novas formas de vida coletiva...a rejeição de normas organizacionais e morfológicas do urbanismo funcionalista assim como seus efeitos sobre a segregação de funções e a fragmentação dos espaços e do tempo que estão na base do declínio da noção de espaço público e que serviram de causas à alienação urbana acarretando a perda da identidade da cidade”. Essas intervenções

¹² SOJA, Edward W. (1993), Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social. Tradução [da 2ª ed. Inglesa], Vera Ribeiro; revisão técnica, Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p.193

¹³ HASTAOGLOU, Vithleem (1991) *Recomposition de la vie e de l'espace urbains*, IN: *Les Raisons de L'Urbain – Colloque International*, Rennes, LARES-Université Rennes 2, p.290.



urbanas estão recompondo presenças e novos usos socioespaciais, sem evitar enfrentamentos políticos contrários à requalificação urbana instituída pelo do mercado. Para ROLNIK e BOTLER, 2005¹⁴, O processo de urbanização acelerada pela qual passou o país, além de promover a transferência populacional da área rural para a urbana, concentrou boa parte destes fluxos migratórios em poucos territórios. Não podemos esquecer o intenso movimento do capital e as transformações no espaço urbano quando: a urbanização ultrapassou as fronteiras socioespaciais, não somente entre cidade e interior, urbano e rural, centro e periferia, mas também entre escalas urbanas, regionais, nacionais e globais.

FECHANDO O TEMA

A luta pelo direito à cidade permanece. Os movimentos sociais se qualificam para discutir e compreender o peso e a capacidade do capital no controle e na modelagem da terra urbana. No Brasil, o capital rentista retorna às áreas centrais das cidades. A constatação das múltiplas vantagens contidas nestes centros tem provocado constantes conflitos com os movimentos sociais organizados por moradores que ocuparam muitos imóveis abandonados ou sem uso. Desprovidos de recursos tecnológicos dos mais elementares, esses novos ocupantes implantaram melhorias nessas edificações. O retorno do capital financeiro aos centros das cidades significa dotá-los de recursos técnicos compatíveis com as inovações de caráter universal, necessárias à vida contemporânea. Os ocupantes, tidos e vistos como hóspedes incômodos desses imóveis que apareciam abandonados, vivem sobressaltados com os sucessivos processos de reintegração de posse e de ações policiais. Para sobreviver, contam apenas com instalações precárias de energia elétrica e de gás e o telefone celular. O embate vem acontecendo em várias cidades e a higienização social avança excluindo aqueles considerados problemáticos, indesejados, os não consumidores, os invisibilizados que expõem as mazelas de uma sociedade pautada na desigualdade. A luta está latente e eclode como resposta a diferentes fatos, chegando, em muitos casos, à situação de convulsão social. Percebê-las e apreendê-las, consiste na busca da compreensão e identificação dos territórios em disputa evidenciados pela diferenciação socioespacial. A construção de argumentos teóricos capazes de explicar a heterogeneidade social do espaço da cidade e de identificar no seu interior os territórios em disputa. Nos centros tradicionais das cidades brasileiras, sob a égide da luta permanente pelo direito à cidade os conflitos persistem. Esse estado permanente de tensão e as expectativas em relação às conquistas alimentam a luta e ensejam, em determinada comunidade, um liame, um sentimento de pertença com vínculos identitários calcados na solidariedade. Sob essa ótica, LACLAU, 2006¹⁵ é enfático ao dizer que o fato particularmente novo e marcante

¹⁴ ROLNIK e BOTLER, 2005. Por uma política de reabilitação de centros urbanos. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2005/06/29/>, Acesso em: 08.09.2024

¹⁵ LACLAU, Ernesto, OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A PLURALIDADE DO SOCIAL, Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04, Acesso em 10.09.2024, p.7.



nos movimentos sociais que emergiram na América Latina durante os últimos vinte anos é que, talvez pela primeira vez, este momento totalizante se encontre ausente ou, pelo menos, seriamente questionado. As mobilizações populares não mais se baseiam num modelo de sociedade total ou na cristalização, em termos de equivalência de um único conflito que dá a totalidade do social em dois campos, mas numa pluralidade de exigências concretas, conduzindo a uma proliferação de espaços políticos.

A comunidade consciente da sua condição de diferente se organiza e se mobiliza para exigir políticas públicas capazes de equacionar múltiplos problemas que afetam a vida cotidiana. Almejam alcançar a experiência de uma prática espacial consciente e, por isso questionam em que ponto a prática se diferencia de uma concepção utópica de sociedade. Trata-se, portanto, de um outro olhar teórico sobre a questão, apoiada em conceito que reforça o sentido da solidariedade de área. Touraine, 2007¹⁶, é enfático quando diz: “Falava-se de trabalho, de capital, agora se fala de ecologia, de mulheres, de gênero, de sexo, de minorais. Todos estes temas têm algo em comum: são culturais. A explicação mais simples é que passamos de uma sociedade industrial, na qual a sociedade de massas existia somente no nível da produção, a uma sociedade na qual há massificação no consumo, na comunicação, em todas as partes”.

¹⁶ TOURAINE, A, Entrevista publicada no Boletim CEPAT Informa n. 117, jan. 2007, p. 27-31). Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2010/04/23/movimentos-sociais-perspectivas-e-desafios/>, acesso em 19.08.2024